

AFINAL, O QUE COMEMORAMOS?

Isabel Cruz

Em Sidney 2000, comemoram-se os 100 anos de participação Olímpica das mulheres, facto este simbolicamente assinalado durante a grande festa planetária, que é a Cerimónia de Abertura dos Jogos Olímpicos. O transporte do facho Olímpico, dentro do estádio, foi efectuado por mulheres ex-atletas olímpicas australianas, e quem acendeu a chama, símbolo da chama olímpica da antiguidade, foi a campeã australiana e aborígene Caty Freedman.

Em Sidney 2000, as mulheres representaram cerca de 40% dos atletas em competição.

Em Sidney 2000, foi batido o *record* do número de provas e de modalidades em que atletas femininas alguma vez participaram.

Em Sidney 2000, também foram desqualificadas atletas com testes positivos a substâncias proibidas. O seu número foi quase idêntico ao dos homens.

Em Sidney 2000, o *record* de assistência no estádio, na modalidade rainha dos jogos, aconteceu durante a final dos 400 metros femininos. Ganhou a medalha de ouro a aborígene Caty Freedman.

Em Sidney 2000, celebravam-se as mulheres e as minorias.

Que cenário idílico, este, reservado a comemorações...

Contexto internacional

Apetece, pois, perguntar: E que percentagem de mulheres participaram como juízas e árbitras? E treinadoras? E chefes de delegações nacionais? E quantos países islâmicos não deixaram as mulheres participar? E quantas são as mulheres nos órgãos de direcção das Federações Internacionais que formam a família olímpica? E quantas são as mulheres no executivo do Comité Olímpico Internacional (COI), agora que os lugares não podem ser ocupados pelos filhos dos pais, como até há poucos anos atrás?

Ou então apetece reclamar, por exemplo, do comentário do fecho de reportagem de um jornalista da RTP (25 Setembro, Jornal 2), quando Maria de Lurdes Mouta ganhou a medalha de ouro nos 800 metros:

25 anos depois da independência, Moçambique não esqueceu Eusébio, mas tem sem dúvida outro herói nacional.

E quem são, afinal, essas quase 4.000 mulheres atletas que participaram nestes jogos?

— Por que razão cerca de 80% são oriundas dos países desenvolvidos, ditos ocidentais?

- Por que razão as representações da Ásia e da América Latina só são significativas devido à composição das delegações chinesa e cubana?
- Porque razão a representação de todo o continente africano é tão insignificante?

Questionam algumas militantes feministas do desporto o quantitativo das quotas recomendadas pelo Comité Olímpico Internacional (COI): porque não os 40% de mulheres nos órgãos de direcção do desporto — Federações e Comités Olímpicos — em vez dos 20% a implementar até 2005?

Interrogamo-nos sobre a passividade da opinião pública mundial (e de algumas feministas) perante a vergonhosa exclusão de mulheres atletas, das delegações olímpicas de muitos países islâmicos. Este facto, contrário ao espírito da Carta Olímpica, não demoveu nem o COI, nem nenhuma instituição internacional, as mesmas que, durante anos, excluíram a África do Sul das manifestações olímpicas. Seria demais proibir a participação de cerca de 20 países, “só” por causa de algumas mulheres?

Após os jogos de Barcelona, em 1992, uma deputada belga incitou o Parlamento Europeu a tomar posição. Pouco tempo depois, formava-se o Movimento Atlanta+ (mais tarde Sidney), e desencadeava-se uma acção de protesto internacional junto do COI. Passou o tempo e a indignação ficou circunscrita a um núcleo pouco significativo. Teremos que reconhecer, contudo, que desde a subida ao poder do actual presidente, Juan Antonio Samarach, se notam algumas modificações no COI. Desde 1995, funciona junto do seu executivo o grupo de trabalho “mulheres e desporto”, composto por mulheres do COI e de ONG. Este grupo acompanha a agenda internacional, avalia o impacte de medidas e propõe acções ao executivo. Anita de Franz, ex-atleta americana e responsável deste grupo, foi recentemente eleita vice-presidente do COI. A adesão à Declaração de Brighton, a multiplicação de seminários regionais sobre a igualdade de oportunidades, o aumento do número de bolsas a atletas femininas de países em vias de desenvolvimento para a preparação olímpica (caso da moçambicana Maria de Lurdes Mutola), e realização de duas conferências mundiais (1996 e 2000) para discutir problemas e soluções no sentido da maior participação de mulheres no seio da família olímpica, foram algumas das acções, de iniciativa do COI, que o tornaram numa espécie de líder mundial no crescente apoio ao desenvolvimento da igualdade no desporto. Mas, obviamente, a sua acção está circunscrita ao seu âmbito de actuação.

As medidas de carácter local/nacional são da responsabilidade dos governos e das suas políticas desportivas, em conjunto com as instituições desportivas, que na Europa, por exemplo, são financiadas, quase exclusivamente, com dinheiros públicos. Muitos países da União Europeia têm vindo a promover planos ou programas em favor do desenvolvimento do desporto feminino. Os seus objectivos são bastante comuns:

- maior equidade na atribuição e controlo do financiamento público;
- promoção e visibilidade das atletas femininas;
- intervenção para melhorar o acesso às instalações desportivas;

- realização de cursos de formação técnica dirigidos a mulheres;
- atribuição de distinção pública a instituições desportivas “modelo”;
- apoio à investigação.

Estes últimos cinco anos têm sido também bastante produtivos na realização de conferências internacionais, em que se têm concentrado entre 100 a 400 mulheres de todo o mundo. A sua regularidade tem facilitado a avaliação de avanços e recuos, mas sobretudo, tem resultado na constituição de ONG nacionais, regionais e mundiais, as quais actuam como um poderoso instrumento de pressão junto de governos e instituições desportivas.

Estado da nação

O panorama em Portugal não se alterou muito nestes 26 anos pós 25 de Abril. Qualquer desportista aponta, hoje, as mesmas dificuldades de há duas décadas: falta de meios e de instalações desportivas, falta de reconhecimento e de visibilidade, situações discriminatórias, consideradas “normais”. É frustrante esta constatação, principalmente quando se assiste às conversas de 3 ou 4 gerações de desportistas e se identificam situações caricatas que perduram há 35 anos!

As atletas representam apenas 16% do sistema federado e em muitas modalidades o seu número decresce lentamente. No geral, a participação das mulheres portuguesas é das mais baixas da Europa (14%) e diminuiu 4% nos últimos dez anos.

Na área da direcção do desporto, as mulheres continuam sub-representadas nos órgãos sociais de Federações e Associações. O Comité Olímpico de Portugal não acolheu as recomendações do COI.

Os sucessivos governos não se dignaram debruçar sobre este problema. Nunca foi tomada uma única medida que permitisse alterar este estado de coisas. Nem o financiamento público às Federações tem reflectido qualquer preocupação pelas profundas desigualdades existentes. Um único enunciado político surge em 1997 integrado no Plano Global para a Igualdade de Oportunidades: “Fomentar a igualdade entre mulheres e homens nas políticas do desporto.” Mas talvez por ser tão surpreendente não despertou, em nenhum responsável político da área, qualquer curiosidade. Ou talvez tenha passado despercebido. Afinal, existe algum problema?

Acerca deste número

Para assinalar o ano de 2000, centenário da participação feminina nos Jogos Olímpicos, a APEM decidiu reservar este número da **ex æquo** à produção, ainda vacilante,

nesta área do desporto. A maioria dos textos deste volume são originais, salvo os de autoria estrangeira, apresentados no Congresso Internacional “Mulheres e Desporto: Sem Limites, Sem barreiras”, realizado em Lisboa, em Setembro de 1999.

Os dois primeiros textos abordam o tema da Educação Física, seja no questionar do acto educativo perante a perpetuação dos estereótipos do que se considera saber fazer com o corpo, como o faz Paula Botelho Gomes, seja no afirmar da importância da manutenção curricular desta disciplina ou na sua urgente dignificação, como alerta Margaret Talbot.

A dimensão do(s) corpo(s) é o tema dos dois artigos seguintes: Manuela Hasse analisa a forma como a ginástica sueca foi associada à orientação nacionalista do Estado Novo, como se constitui num instrumento de normalização dos corpos e, no caso da ginástica feminina, na construção do “outro corpo”; Catherine Louveau aborda a forma como os *media* desenham a aparência corporal das mulheres desportistas, numa espécie de prescrição da feminilidade desejada socialmente; Kari Fasting analisa as experiências e expectativas de jogadoras de futebol de alto nível sob a orientação de treinadores e treinadoras e a forma como avaliam os seus desempenhos.

A visibilidade histórica é sublinhada no artigo de Maria José Carvalho e Ana Paula Silva, através de *flashes* da participação feminina nestes últimos 100 anos e, finalmente, Madalena Santos escrutina a prática de atitudes discriminatórias, do ponto de vista jurídico.

Incluídos na secção de Apontamentos, encontramos três textos em que sobressai a análise sociológica e, mais uma vez, a evidência histórica da participação desportiva feminina. Salomé Marivoet resume alguns aspectos principais de um estudo nacional sobre a procura desportiva, analisando os dados relativos à participação feminina em diversas áreas. Vanda Oliveira e Cristina Alves abordam as concepções de tempo livre, o uso que dele é feito e a importância da actividade desportiva no seu preenchimento, num grupo de mulheres de meios sociais desfavorecidos. Por fim, Helena Marques e Natividade Pereira identificam alguns espaços de “liberdade” desportiva feminina na década de trinta.

Ainda no âmbito desta temática, na secção das recensões, achámos por bem apresentar algumas obras, que, no nosso entender, constituem contributos determinantes e diversos sobre o tema central “Mulheres e Desporto”, e que são de leitura indispensável para quem se interesse por esta área de investigação dos Estudos sobre as Mulheres.

Esperamos que os contributos aqui reunidos possam despertar a curiosidade para iniciar e aprofundar estudos em diversas áreas do tema geral “Mulheres e Desporto”, da parte de pessoas ligadas ao desporto e da vasta área dos Estudos sobre Mulheres.

Isabel Cruz é Licenciada em Educação Física pelo Instituto Superior de Educação Física da Universidade Técnica de Lisboa. Prepara dissertação de Mestrado em Estudos sobre as Mulheres na Universidade Aberta. É actualmente Chefe de Divisão de Planeamento e Coordenação no Departamento de Desporto da Câmara Municipal de Lisboa. Na Associação Portuguesa A Mulher e o Desporto ocupa o cargo de Vice-Presidente. Contacto: cmldpc@esoterica.pt